

Privatizações: a distopia do capital (2014), de Silvio Tendler

Fabio Tozi

Lançado em outubro de 2014, com distribuição gratuita pela Internet – além de exibição em salas de cinema – o documentário de Silvio Tendler merece ser revisto e rediscutido em face aos acontecimentos mais recentes que marcam a história do país e que trazem consigo um novo fôlego favorável às privatizações. Nesse sentido, além de resenhar a obra, propõe-se, também, um diálogo com o diretor a partir do que nomeamos uma Geografia das Privatizações no Brasil.

O documentário concentra-se nos eventos ocorridos no país na década de 1990, durante a qual se adensa e amplia o processo de privatização de empresas, bens e serviços estatais. Mas, cabe lembrar, a racionalidade neoliberal já se traduzia em práticas de privatização desde 1981, durante a ditadura empresarial-militar, com o Programa Nacional de Desburocratização. *Grosso modo*, deste momento até a atualidade, constatam-se, como sístoles e diástoles, períodos de expansão e de retração nos impulsos privatistas, bem traduzida na tautologia adotada para

Página 1388



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 5 | N. 14 | DEZEMBRO | 2018 | ISSN: 2358-6311



mascarar o debate sobre a alienação de bens públicos: desburocratização, desestatização, modernização, privatização, concessão.

Pode-se dizer, a partir dos processos retratados no documentário, que a ideologia vitoriosa no Brasil é aquela que considera o Estado, por princípio, corrupto e ineficiente e o mercado, em oposição, invariavelmente eficiente e racional, conforme a tese defendida por Souza (2015). Mas, como Estado, mercado e território são opostos-complementares, tais oposições são apenas a aparência fenomênica de um processo cujas essências precisam ser descobertas. Nessa direção, adota-se, nesta análise, a ideia, como argumenta Santos (1996, p. 184), segundo a qual território e mercado são conceitos xifópagos, isto é, dois entes cuja existência isolada é impossível, formando um imbrincado conjunto sistêmico. O documentário é lapidar, nesse sentido, ao mostrar a centralidade contemporânea do Estado em uma espécie de *neo-acumulação primitiva* (Harvey, 2003; Tozi, 2009), i.e., na transferência do comum para o privado. Nessa situação, Tendler assume a tarefa, guiado pela narração clara de Eduardo Tornaghi, de conduzir a audiência por um fio de Ariadne no embaraçado novelo do presente. Assim, o diretor orquestra imagens, depoimentos e documentos numa memória fundamental dos significados concretos da razão neoliberal no Brasil, revelando a sua coerência.



Na narrativa do diretor, ganham destaque as cenas que remontam às propagandas televisivas do Governo Federal sob comando de Fernando Collor de Mello (PRN, 1990-1992) no início dos anos 1990, caracterizando o Estado corporificado em um elefante – grande, desajeitado e fanfarrão – incapaz de acompanhar o ritmo dinâmico no ambiente de uma academia de ginástica. A analogia é vulgar, mas direta: o Estado-elefante está sempre a atrapalhar o reinado pleno de um consumidor – e de um país – que se desejam “modernos” e ativos. Dessa maneira, com as privatizações, afirmava-se, o eterno país do futuro teria, afinal, encontrado o seu passaporte para a modernidade. Todavia, se o *impeachment* de Fernando Collor interrompeu seu mandato, o mesmo não ocorre com as privatizações: nos dois mandatos sucessivos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) as privatizações ocorreram, de fato, em grande escala.

Com propagandas mais sofisticadas, têm-se novas ferramentas de convencimento, como a contratação de apresentadores populares da TV e do rádio, que intimamente falavam ao público, numa conversa intimista, sobre um futuro maravilhoso do livre mercado concorrencial que viria com as privatizações. A propaganda e o discurso estatal insistiam que o ineficiente monopólio estatal seria substituído por um dinâmico mercado concorrencial e o consumidor (já não se falava mais em “cidadão”) teria, enfim, a liberdade de escolha. O Estado se concentraria, afirmava-se, nas suas atividades sociais

fundamentais, mas, as promessas de transferir os valores arrecadados para investimentos em saúde, educação, saneamento, habitação e segurança não se realizaram, sendo, em grande parte, utilizados para o pagamento de juros de dívidas públicas. A promessa de melhores serviços públicos essenciais, portanto, era mera panaceia.

A concorrência, igualmente, nunca se estabeleceu: no setor das telecomunicações, o edital dos leilões assegurava às empresas vencedoras um monopólio territorial de atuação (Tozi, 2009). Passados 19 anos, e com as fusões e aquisições, o território está dividido em empresas oligopólicas, distante, portanto, de qualquer princípio de livre concorrência. Se tais empresas concorrem em *marketing* para atrair clientes, uma análise dos seus preços, serviços e qualidades revela a quase inexistência de opções no que hoje se tornou o mercado da telefonia fixa e móvel e da Internet, como destaca Maria Inês Dolci em seu testemunho a Tendler. A distopia do capital levou a ser vitoriosa uma ideologia econômica sobre a economia concreta do país, caracterizado historicamente pela desigualdade abissal entre classes, regiões e lugares no que diz respeito à renda e ao conjunto das redes técnicas e dos serviços, tanto públicos quanto privados. Em um momento central do documentário são mostradas as grandes resistências ao leilão da Telebrás, tendo uma frente judicial e outra nas ruas, nas grandes

manifestações em frente à já extinta Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Todavia, o exército de advogados e policiais dividia-se na função, exitosa, de eliminá-las.

Na sequência, outro processo de privatização que ganha destaque no documentário é o da Companhia Vale do Rio Doce. Vendida por R\$ 3,3 bilhões em 1997, apresentou lucro de R\$ 1 bilhão em 1998, ou seja, o retorno ao investimento foi de curtíssimo prazo, especialmente considerando as especificidades deste setor econômico. Esta situação, nunca investigada em profundidade, traz indícios de corrupção por duas hipóteses não excludentes: ou as consultorias internacionais subvalorizaram o valor de mercado da empresa ou parte do seu patrimônio público foi doado à empresa que a comprou. De fato, o edital da privatização não especificava as reservas minerais transferidas (em lavra ou em estudos, como é o caso da pujante região do Carajás), o que é, ressalte-se, o sentido de existência de qualquer empresa mineradora.

Assim, a narrativa adotada na obra promove, partindo de questões pontuais, como a venda de uma empresa, uma compreensão ampla e um debate profundo sobre o futuro coletivo da sociedade brasileira. Tendler transforma o discurso da microeconomia reinante nos debates acerca das privatizações em uma análise macroeconômica que atinge o funcionamento da totalidade da sociedade. Nessa direção, como destaca, em sua fala, Márcio Pochmann, com o conjunto das

privatizações da virada do milênio, 15% do PIB brasileiro foi transferido para o controle de grupos privados sem contrapartidas sociais, como a manutenção dos postos de trabalho. Adotando uma análise próxima, Carlos Vainer esclarece a amplitude dos processos: a privatização das telecomunicações é, na verdade a privatização do espaço eletromagnético; a privatização do setor elétrico é, ao mesmo tempo, a privatização das águas; e a privatização das mineradoras é parte da privatização do próprio território, pois as áreas de lavras são medidas em milhares de Km². Logo, não se trata, conclui Vainer, de transferir apenas o controle de uma empresa ou mesmo de um setor, mas uma perda da soberania nacional.

Marcos Dantas, outro dos entrevistados, reforça o argumento que a transferência do controle político sobre as telecomunicações foi um novo endividamento do país, com as remessas de dinheiro nacional ao exterior, antes inexistente, e a política de substituição de compras realizadas no parque tecnológico-industrial nacional por compras de fornecedores internacionais. Dessa maneira, e a partir da obra de Tendler, podemos, portanto, falar não apenas de uma *Geografia das Privatizações*, mas de uma *Geopolítica das Privatizações*, na medida em que há uma transferência de controle da parcela política da produção – a autoridade sobre o desenvolvimento das forças produtivas nacionais – do Estado para agentes



privados, em sua maioria estrangeiros, dos quais não se pode esperar, ou exigir, interesse público ou solidariedade.

O diretor traz, ainda, novos atores à cena: as Agências Reguladoras. Criadas como entes neutros entre Estado e mercado, foram capturadas, assegurando a forma ideal para o resguardo aos contratos de cláusulas leoninas da privatização: reajustes de tarifas acima da inflação associados a exigências de contrapartidas exíguas e à autorização para a precarização, ou piora, dos serviços, como no caso da Light (R), cujo contrato de privatização previa a possibilidade de aumento – logo, não previa ou exigia a diminuição – do número de *blackouts* que se alastravam pela cidade. Desse modo, no Brasil, a racionalidade neoliberal transformou a ciência do Direito em um instrumento do não-direito, no qual redes e serviços essenciais à vida contemporânea tornam-se novas mercadorias distanciadas das possibilidades do exercício material da cidadania.

O documentário, portanto, aprofunda-se sucessivamente na desconstrução das camadas espessas do engodo da privatização em seu discurso da melhoria geral da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que revela a função central dos investimentos estatais, uma vez que as empresas privadas jamais arcaram com os investimentos estruturadores das redes e serviços no país, como, aliás, é historicamente comprovado nas estatizações de serviços privados ocorridas no



início do séc. XX, causada tanto pela ausência de investimentos, a penúria dos serviços e a alta concentração das redes em pequenas e seletivas áreas de atuação. Ora, uma das formas de reverter a tendência decrescente à taxa de lucro, no capitalismo, é a migração geográfica dos investimentos. Dessa maneira, as empresas globais, privadas e públicas, encontram, nas privatizações o momento ideal da migração, levando-as a saltos na acumulação de capital.

Nessa direção, pode-se mesmo ampliar os objetivos iniciais desta resenha e pensar em outras obras que dialogam com *Privatizações: a distopia do capital*, conduzindo a um panorama mais abrangente da globalização neoliberal. É o caso, por exemplo, de *Memoria del saqueo* (2004), que reconstitui os processos liderados pelo ex-Presidente argentino Carlos Menen (Partido Justicialista, 1989–1999), para quem “nada do que não deva ser estatal permanecerá em mãos do Estado”. Uma fase de escassez até então desconhecida acompanhou o processo de privatizações na Argentina: elevação tarifária, falta sistemática de água e energia elétrica, linhas de trens eliminadas (dos 36 mil quilômetros em funcionamento antes da privatização ficaram apenas oito mil quilômetros, com implicações terríveis às economias regionais e locais e o surgimento de ‘cidades fantasmas’). Esse tema das estradas de ferro, aliás, é recuperado por João Pedro Stédile em seu depoimento a Tendler. Uma vez privatizadas, tornaram-se monofuncionais (exclusivas à

exportação de *commodities*, via portos), e não beneficiam um conjunto maior da população, mesmo nas localidades por onde passam.

Todavia, a perversidade das privatizações não é uma exclusividade das nações da chamada periferia do capitalismo: *Orange Amère* (2011) descreve, sistematiza e expõe a privatização da estatal France Telecom, renomeada Orange, daí a origem do nome do documentário, em um jogo de palavras com o nome da empresa e a fruta: *Laranja amarga*. Apenas entre 2008 e 2010 ocorreram 57 suicídios de funcionários na Orange, que levaram à abertura de um processo judicial por assédio moral no qual têm sido reveladas as condições de um clima constante de ansiedade profissional pela administração da empresa, graças à rigidez das teorias de gestão adotadas pelos seus novos controladores.

Se o liberalismo francês sempre foi caracterizado, em oposição ao liberalismo inglês e estadunidense, como protecionista (em relação à preservação dos direitos do trabalhador, do emprego, visto como um assunto de Estado, da função social da empresa, da presença do Estado como mediador de conflitos internos, entre outros), o novo CEO da empresa, Didier Lombard adotou postura distinta e

afirmou, em 2006: "Em 2007, eu farei as demissões previstas de uma maneira ou de outra, pela porta ou pela janela"¹.

Já em SICKO (2007) encontramos uma análise das implicações cotidianas da inexistência de um sistema público de saúde nos EUA. A cena inicial é impactante, pois revela a adoção de uma gestão privada da vida levada a uma precificação dos membros do corpo humano. Um cidadão que teve a ponta de dois de seus dedos decapitadas em uma serra circular não possui recursos para pagar o procedimento em ambos os dedos. Ele, então, tem que escolher qual dos dois seria reimplantado pelo cirurgião... Partindo de casos individuais como este, Moore constrói um diagnóstico, pessimista, sobre a saúde coletiva na nação mais rica das Democracias Ocidentais liberais.

Entretanto, de volta ao Brasil contemporâneo desvendado por Tendler, é *mister* destacar sua análise sobre a Petrobras. Entre as maiores empresas do ramo no mundo, é também a maior detentora de patentes do Brasil e referência mundial em P&D e inovação relativa à exploração em águas profundas. Além disso, a

¹ No original: "*En 2007, je ferai les départs d'une façon ou d'une autre, par la fenêtre ou par la porte*" (tradução do autor). A declaração veio a público a partir de documentos divulgados pela investigação judicial. Vide, entre outros: *Suicides à France Télécom: un document accablant pour la direction*, *Le Monde*, 07 maio 2013. Disponível em: www.lemonde.fr/societe/article/2013/05/07/suicides-a-france-telecom-un-document-accablant-pour-la-direction_3173126_3224.html#K1X02AMsUxDRu6jM.99. Acesso em 28/09/2017.

Petrobras possui um conhecimento acumulado sobre o território nacional que é imensurável (incluindo, é bom lembrar, a Amazônia Azul, a área de expansão do espaço geoeconômico brasileiro, com seus poços do pré-sal). A privatização desta empresa (que vem sendo feita a conta-gotas nas últimas décadas), significaria a desaparição da presença do país em relação a um setor altamente oligopolizado, no qual o controle dos recursos é um atributo da soberania, retomando, portanto, nossa provocação acerca da Geopolítica das Privatizações.

Todavia, é importante notar, conforme Tendler, que atualmente há formas mais sofisticadas de privatização, que não se resumem apenas à venda e concessão de serviços e empresas. O projeto privatista se torna hegemônico, ou seja, uma racionalidade da gestão da esfera pública e da vida individual e coletiva. Um amplo número de organizações privadas, sem licitação ou concurso público, tem assumido a gestão e as políticas em instituições públicas de ensino, saúde e cultura. Não apenas os funcionários e a gestão são, assim, privados, mas o interesse privado se traveste de interesse público, que continua sendo, apesar disso, o financiador.

Ao contar essa história triste, como resume Carlos Lessa, Tendler não almeja criar um panorama pessimista, mas, ao contrário, sua função é pedagógica e cidadã. Da distopia do capital, ele propõe pensar a utopia do social, ou a

reconstrução do país. Lessa, aliás, enfatiza: um projeto nacional é o oposto à lógica setorial, que beneficia ao interesse privado por princípio. O projeto nacional, por definição, não é de um setor, mas significa projetar o devir coletivo, direcionando o conjunto das forças coletivas (materiais e imateriais) para um objetivo que seja comum.

Resultado de uma escolha determinada, a privatização não é, logo, um processo irreversível. Historicamente, outros países reverteram tais processos, como Bolívia, Argentina, Islândia e, mesmo, a Inglaterra, berço do liberalismo e grande modelo para as privatizações em todo o mundo. Com esse recorrido das experiências nas quais foi necessário re-estatizar, Tendler nos conduz ao final de sua narrativa. No Brasil, o aprofundamento da racionalidade privada mostra seus limites ao se tornar um risco sistêmico para o conjunto da sociedade: a privatização de um setor econômico se torna uma deseconomia para o conjunto das relações. Basta, para isso, observar, hoje, as limitações impostas ao conjunto das relações sociais a partir de serviços como eletricidade, Internet, telefonia e transporte coletivo: caros, ineficientes, pouco capilarizados no território. Ao não atender ao interesse comum dos cidadãos brasileiros, conclui Tendler, redes e serviços deixam de fornecer densidade à ideia de democracia. Para a maioria dos agentes sociais brasileiros do Século XXI, redes e serviços privados são



limitações, e não possibilidades, pois devem ser usados com parcimônia, quando, de fato, chegam a estar disponíveis, nos lugares, com qualidade e frequência.

Sílvio Tendler, porém, não permite uma conclusão pessimista à sua *Distopia*. Ao trazer o futuro como construção, retoma seu encontro com Milton Santos, geógrafo por ele homenageado em *Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Uma proposta libertária para estes dias tumultuados* (2006). Tomamos emprestada uma frase de Milton Santos para encerrar este caminho de Tendler da distopia à utopia: sou pessimista quanto ao presente, mas otimista em relação ao que está por vir.

REFERÊNCIAS

Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. New York: Oxford University Press.

MEMORIA del saqueo. Direção: Fernando Solanas. [Argentina, França, Suiça]: Cinesur, ADR Productions, Thelma Film AG. 1 DVD. (114 min.).

ENCONTRO com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá. Uma proposta libertária para estes dias tumultuados. (2006). Direção Silvio Tendler. [Brasil]: Caliban. 1 DVD. (89 min.).



ORANGE Amère. (2011). Direção: Patricia Bodet e Bernard Debord. [França]: Mat Films, France Télévisions. 1 DVD. (52 min.)

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.

SICKO. (2007). Direção: Michael Moore. [Estados Unidos]: Dog Eat Dog Films. 1 DVD. (123 min.).

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

Tozi, F. (2009). O território como recurso: a privatização das telecomunicações no Brasil. Do leilão dos fragmentos à totalidade do território. *Geosul*, 24(48), 47-66.

Privatizações: a distopia do capital (2014), de Silvio Tendler

Resumo

Esta resenha tem por objetivo apresentar e discutir o documentário "Privatizações: a distopia do capital", de Silvio Tendler. Além de apresentar a obra, procura-se, também, discutir a sua importância como memória de eventos paradigmáticos da história recente do Brasil. Assim, alguns dos elementos trazidos por Tendler são aprofundados, buscando revelar como a alienação de bens públicos iniciada nos anos 1990 segue, com distintas formas e nomenclaturas, até os dias atuais. Dessa maneira, o que foi propagandeado como privatização de empresas em setores específicos tornou-se, na verdade, uma progressiva privatização da vida social coletiva e do próprio território. Por fim, buscando revelar a importância da obra e possíveis diálogos com outras formações socioespaciais, são trazidos ao debate documentários que retratam processos de privatização em outros países, especialmente Argentina, França e Estados Unidos da América.

Palavras-chave

Privatizações. Neoliberalismo. Desestatização. Silvio Tendler. Brasil.



Privatizations: the dystopia of the capital (2014),

by Silvio Tendler

Abstract

This review aims to present and discuss the documentary *Privatizations: the dystopia of the capital*, by Silvio Tendler. In addition, it is important as a memory of paradigmatic events in the recent history of Brazil. Thus, some of the elements brought by Tendler are deepened, seeking to reveal how the alienation of public services and enterprises, that had started in the 1990s, remains, with different forms and nomenclatures, until the present. In that sense, the policy originally propagated only as privatization of companies in specific sectors became, in fact, a progressive privatization of collective social life and of the territory itself. Finally, in order to reveal the importance of the work and possible dialogues with other socio-spatial formations, the review presents portraits of privatization processes in other countries, especially Argentina, France and the United States of America.

Keywords

Privatization. Neoliberalism. Public alienation. Silvio Tendler. Brazil.



Privatizaciones: la distopía del capital, por Silvio Tendler

Resumen

Esta reseña tiene por objetivo presentar y discutir el documental "Privatizaciones: la distopía del capital", de Silvio Tendler. Además de presentar la obra, se procura, también, discutir su importancia como memoria de eventos paradigmáticos de la historia reciente de Brasil. Así, algunos de los elementos traídos por Tendler son profundizados, buscando revelar cómo la alienación de bienes públicos iniciada en los años 1990 sigue, con distintas formas y nomenclaturas, hasta los días actuales. De esta manera, lo que se propagó como privatización de empresas en sectores específicos se convirtió en verdad, en una progresiva privatización de la vida social colectiva y del propio territorio. Por último, buscando revelar la importancia de la obra y posibles diálogos con otras formaciones socioespaciales, se traen al debate documentales que retratan procesos de privatización en otros países, especialmente Argentina, Francia y Estados Unidos de América.

Palabras clave

Privatizaciones. Neoliberalismo. Desestatización. Silvio Tendler. Brasil.



Autoria

Fabio Tozi

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/1239744709191702>.
<https://orcid.org/0000-0003-1448-8353>. E-mail: fabio.tozi@gmail.com.

Endereço para correspondência

Fabio Tozi. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 31270901. Telefone: (+55 31) 34095421.

Como citar esta contribuição

Tozi, F. (2018). Privatizações: a distopia do capital (2014), de Silvio Tendler. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(14), 1388-1406.



Contribuição submetida em 7 out. 2017. Aprovada em 2 dez. 2018. Publicada online em 10 fev. 2019. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

